

Introdução	25
1. O primeiro dia de aula.....	25
1.1. Um pouco sobre o que você quer se tornar: um profissional do direito	25
1.2. O que você deve ter para ser um profissional “do direito”: o raciocínio jurídico.....	30
1.3. Uma importante função do direito.....	32
2. Os leitores deste livro	34
3. O meu compromisso com você	36
4. A estrutura deste livro	37
4.1. Parte I – Introdução: primeira aproximação da realidade social chamada “direito”	37
4.2. Parte II – O estudo do direito	38
4.3. Parte III – O conceito de direito.....	39
4.4. Parte IV – Direito e tomada de decisão.....	40
5. Últimas palavras	42

PARTE I INTRODUÇÃO: PRIMEIRA APROXIMAÇÃO DA REALIDADE SOCIAL CHAMADA “DIREITO”

Capítulo 1 – A diferenciação do direito	43
1. Uma realidade exterior chamada “direito”	43
2. A diferenciação do direito	44
2.1. Diferenciação sociológica	45
2.2. Diferenciação processual	47
2.3. Diferenciação metodológica	50
2.4. Diferenciação de fontes	51
2.5. Diferenciação quanto à força	55

3. Uma concepção inicial do direito	59
Capítulo 2 – Linguagem e direito	61
1. A linguagem enquanto sistema	63
2. Três dimensões da linguagem	64
3. Sintaxe	65
4. Semântica: a linguagem e o nosso mundo	67
4.1. Linguagem e realidade: essencialismo x convencionalismo	68
4.2. A classificação do mundo	70
4.3. Do particular ao geral: a generalização	72
4.4. Conotação (intensão) e denotação (extensão)	77
4.5. Três características da linguagem	80
4.5.1. Ambiguidade	81
4.5.2. Vagueza	81
4.5.3. Textura aberta	83
5. Pragmática	84
5.1. Teoria dos atos de fala (ou atos linguísticos)	85
5.1.1. Três dimensões do ato de fala: enunciação, proposição e ilocução	86
5.1.2. A direção de correspondência entre as palavras e o mundo	89
5.1.3. Classificação dos atos ilocucionários	91
5.1.4. Atos ilocucionários indiretos	93
5.2. Efeitos da linguagem	94
5.2.1. Efeito emotivo e definições persuasivas	94
5.2.2. Função ideológica da linguagem	97
6. Classes da linguagem	98
6.1. Linguagem ordinária (ou comum)	98
6.2. Linguagem técnica	99
6.3. Linguagem científica	100
6.4. Linguagem formal	101

7. Níveis de linguagem	103
Capítulo 3 – Sistemas normativos, moralidade e direito	105
1. Semelhanças entre moralidade e direito	108
1.1. Direito e moral como sistemas normativos	108
1.1.1. O conceito de “sistema normativo”	108
1.1.1.1. Sistemas reais e proposicionais	109
1.1.1.2. O conceito de “norma”	111
1.1.1.3. O conceito de “sistema normativo”	113
1.1.2. A moral como conjunto de normas. Dois sentidos de “moral”	114
1.2. A ambiguidade das palavras “direito” e “moral”. A moral como teoria	119
1.3. Normas jurídicas e morais como razões para a ação e sua internalização	122
1.3.1. Três diferenças entre hábitos e normas sociais. A aceitação da regra	122
1.3.2. Tipos de razões	126
1.3.3. Normas jurídicas e morais como razões normativas, motivadoras e explicativas	129
2. Diferenças entre direito e moral	130
2.1. O direito é um sistema necessariamente institucionalizado	130
2.2. A institucionalização das sanções jurídicas	133
2.3. A pretensão de compreensividade e de supremacia dos sistemas jurídicos	135
2.4. O direito é um sistema dinâmico	138
2.5. O caráter hierárquico dos sistemas jurídicos	141
2.6. A autorregulação jurídica	142
3. Efeitos do direito e da moral	145

PARTE II

O ESTUDO DO DIREITO

Capítulo 1 – Direito é ciência?	149
1. O ponto de partida: o senso comum.....	150
2. A justificativa epistêmica.....	153
2.1. Três tipos de inferências: dedução, indução e abdução.....	156
2.1.1. A dedução.....	158
2.1.2. A indução.....	162
2.1.2.1. A busca por generalizações.....	164
2.1.2.2. A analogia.....	165
2.1.2.3. Argumento de autoridade.....	166
2.1.2.4. Argumentos causais.....	166
2.1.2.5. Os métodos de Mill.....	168
2.1.2.6. A utilidade dos raciocínios indutivos.....	173
2.1.3. Abdução ou inferência para melhor explicação.....	173
2.2. Falácias e raciocínio motivado.....	175
3. Características do conhecimento científico.....	179
3.1. O que os cientistas fazem? A busca por regularidades no mundo.....	179
3.2. Os fins da ciência: a solução de problemas.....	181
3.3. Dois tipos de problemas científicos e as teorias.....	182
3.4. Como a ciência atinge seus objetivos?.....	183
3.4.1. O método científico.....	184
3.4.2. Da hipótese à seleção do método de pesquisa: levantamento de dados, observação, experimentos, comparação histórica e modelos.....	185
4. Decisão por teorias e valores teoréticos.....	189
5. Ciência e tecnologia.....	192
6. Direito é ciência?.....	194
6.1. A ambiguidade da questão.....	196
6.2. A resposta de Kelsen.....	197

6.2.1.	A distinção entre “ser” e “dever ser”	199
6.2.2.	Norma jurídica e proposição jurídica em Kelsen: linguagem-objeto e metalinguagem	202
6.2.3.	Causalidade e imputação. As ciências normativas	204
6.3.	Direito, ciência e tecnologia	206
6.3.1.	O que os juristas realmente fazem?	207
6.3.2.	O risco do formalismo interpretativo	208
6.3.3.	Afinal, a dogmática do direito é ciência ou tecnologia?.....	209
6.3.4.	Dogmática jurídica e questões empíricas	211
Capítulo 2 – Problemas conceituais, teoria do direito e dogmática jurídica		215
1.	Problemas conceituais e seus tipos	215
2.	Ciência e filosofia	219
3.	Métodos para lidar com questões conceituais	221
3.1.	A análise conceitual	222
3.1.1.	Teoria do comando e análise por decomposição	224
3.1.2.	Outros tipos de análise	229
3.2.	A reconstrução racional e modelos	230
3.3.	O teste de teorias filosóficas	233
3.4.	O desafio do naturalismo	237
3.5.	A crítica ao essencialismo filosófico	240
4.	Para que serve uma teoria conceitual?	243
5.	A dogmática jurídica e seus três níveis	246
6.	Jurisprudência: teoria ou filosofia do direito?	249
Capítulo 3 – Como construir uma teoria do direito?		253
1.	Kelsen: teoria descritiva e geral	253
2.	Hart: o ponto de vista hermenêutico	255
2.1.	Os pontos de vista interno e externo	256
2.2.	A “virada hermenêutica” de Hart	258

3.	Os diversos tipos de positivismo jurídico, em especial, o positivismo metodológico.....	260
3.1.	O positivismo jurídico metodológico. A Tese Social.....	262
3.2.	Os positivismos jurídicos teórico e ideológico	265
3.3.	A Jurisprudência dos Conceitos e o sentido pejorativo de “formalismo jurídico”	267
3.3.1.	Contexto da Escola Histórica	268
3.3.2.	A Escola Histórica na vertente organicista e tradicionalista	268
3.3.3.	A Jurisprudência dos Conceitos.....	269
3.3.4.	O sentido pejorativo de “formalismo jurídico”	271
4.	Duas críticas ao positivismo metodológico.....	272
4.1.	O ponto de vista prático: a metodologia de Finnis	273
4.2.	O interpretismo de Dworkin	276
4.2.1.	A existência de desacordos teóricos.....	277
4.2.2.	A teoria interpretista.....	282
5.	Como construir uma teoria do direito?	284
5.1.	Devemos partir do ponto de vista moral?	284
5.2.	Por que descrever?	288

PARTE III

O QUE É O DIREITO?

Capítulo 1 – A separabilidade entre direito e moral: o critério para a identificação do “direito”	289
1. A tese da separabilidade entre direito e moral.....	289
2. O critério do “direito” para Kelsen.....	293
2.1. A afirmação da Tese da Separabilidade	293
2.1.1. O conceito de direito como problema científico	293
2.1.2. A relatividade dos valores e seu ataque ao direito natural.....	294
2.2. O direito como técnica social específica	296

2.2.1.	As formas de motivação da conduta pelas ordens sociais	297
2.2.2.	O direito como ordem coercitiva	298
2.2.3.	O ponto de vista de Kelsen	299
2.2.4.	Validade e eficácia	302
2.2.5.	Normas jurídicas como “comandos”?	302
2.2.6.	“Regras” e as normas individuais e gerais	304
2.2.7.	Normas e sanção. Normas primárias (autônomas ou independentes) e secundárias (não autônomas ou dependentes).....	306
2.3.	O fundamento de validade do direito: a norma fundamental	307
2.3.1.	O que significa “fundamento de validade”?	307
2.3.2.	Dois tipos de sistema, conforme seu fundamento de validade.....	309
2.3.3.	A norma fundamental de um sistema jurídico	309
2.4.	A eficácia como condição de validade	312
3.	O conceito de direito de Hart	314
3.1.	A transformação da pergunta “O que é direito?”	314
3.2.	O modelo de direito atacado por Hart.....	316
3.2.1.	O conteúdo do direito	317
3.2.1.1.	Duas deturpações: nulidade e normas dependentes.....	318
3.2.1.2.	Uma importante função do direito: a pessoa perplexa	319
3.2.2.	Âmbito de aplicação e modo de origem	322
3.2.3.	A continuidade da autoridade e a persistência do direito	323
3.3.	Um novo começo	326
3.3.1.	A ideia de obrigação	327
3.3.1.1.	“Estar obrigado” e “ter uma obrigação”	327
3.3.1.2.	O surgimento das obrigações	328

3.3.1.3. Modelo de ordens coercitivas: desconsideração do aspecto interno	329
3.3.2. Os elementos do direito	330
3.4. Os fundamentos do sistema jurídico	333
3.4.1. A regra de reconhecimento sob os pontos de vista interno e externo	333
3.4.2. A crítica à norma fundamental kelseniana	335
3.4.3. Duas condições necessárias e suficientes para a caracterização do sistema como “jurídico”. A adoção da Tese da Eficácia Social por Hart	336

Capítulo 2 – A conexão necessária entre direito e moral: direito natural e direito como integridade

1. Teorias do direito natural	339
2. Teorias jurídicas do direito natural	341
2.1. As fórmulas de Radbruch	342
2.1.1. A elaboração da Fórmula Radbruch	344
2.1.2. O sentido das Fórmulas	346
2.2. A teoria do direito natural de John Finnis	348
2.2.1. Os princípios básicos do direito natural	349
2.2.2. As exigências da razoabilidade prática	351
2.2.3. O produto das exigências da razoabilidade prática: a moralidade	356
2.2.4. Cinco características formais do direito	358
2.2.5. Justiça e Estado de Direito	359
2.2.6. A definição de direito	360
2.2.7. De que modo o direito positivo deriva do direito natural?	360
3. O direito como integridade	362
3.1. Princípios, políticas e regras	363
3.2. Regra social e regra normativa	366
3.3. O direito como conceito interpretativo	371

3.3.1.	O estágio pré-interpretativo do direito.....	371
3.3.2.	O estágio interpretativo: o conceito (ponto, valor) do direito	372
3.4.	Três concepções sobre o direito	374
3.4.1.	Convencionalismo	374
3.4.2.	Pragmatismo jurídico	377
3.4.3.	Direito-integridade	379
3.4.3.1.	Integridade como virtude política	380
3.4.3.2.	Legitimidade e integridade	381
3.4.3.3.	Dois princípios	386
3.4.3.4.	Integridade-legislação e políticas.....	387
3.4.3.5.	A integridade na adjudicação	388
Capítulo 3 – Positivismo jurídico inclusivo e exclusivo		391
1.	O positivismo jurídico inclusivo.....	393
1.1.	Origem do PJI: positivismo jurídico negativo e dois tipos de positivismo jurídico positivo.....	394
1.1.1.	Dois sentidos para a regra de reconhecimento, PJN e PJP ₁	395
1.1.2.	PJP ₂ : o direito como convenção social	397
1.2.	A tese da convencionalidade	400
1.3.	As duas versões da tese da incorporação.....	404
2.	O positivismo jurídico exclusivo	405
2.1.	A filosofia do direito como filosofia prática.....	407
2.2.	A centralidade do conceito de “autoridade”	408
2.3.	A Autoridade como Serviço	410
2.3.1.	Razões excludentes	410
2.3.2.	Normas mandatórias como razões excludentes	412
2.3.3.	Autoridade, razões excludentes e normas.....	414
2.3.4.	Os elementos da autoridade	414
2.4.	Os testes do direito e o PJE de Raz.....	417
2.4.1.	A Tese da Eficácia.....	417

2.4.2.	O caráter institucional do direito	418
2.4.2.1.	A necessidade de instituições primárias	419
2.4.2.2.	Sistemas institucionalizados e razões excludentes	422
2.4.3.	A Tese Social Forte (ou Tese das Fontes) e sua justificativa	424
2.4.3.1.	A Tese Social Forte (Tese das Fontes) e a Tese Social Fraca	424
2.4.3.2.	A justificativa para a decisão de adotar a Tese das Fontes	426
2.4.4.	Autoridade e direito	427
2.4.4.1.	As condições não morais da autoridade e do direito	427
2.4.4.2.	Autoridade e Tese das Fontes	430
2.5.	A conexão necessária entre direito e moral: autoridade moral reivindicada pelo direito	431
Capítulo 4 – Funções do direito	435
1.	Para que serve um conceito de direito?	436
2.	Como seguir? A necessidade de uma decisão metodológica	437
3.	Prática social ou sistema de normas?	441
3.1.	Kelsen, Hart ou Raz?	441
3.2.	Institucionalidade e reivindicação de supremacia do direito	443
4.	As funções do direito	445
4.1.	Função de orientação social	446
4.1.1.	Normas sociais, razões para ação e tomada de decisão	446
4.1.2.	O direito é indeterminado?	449
4.1.3.	A função de alocação de riscos	454
4.2.	A função de legitimação do poder	455
4.2.1.	“Poder” como relação	456
4.2.2.	Poder político, poder econômico e poder ideológico	458
4.2.3.	Poder político e direito	461

4.2.4. O direito como legitimador das relações de poder político	462
4.2.5. Uma faceta importante do poder político como função do direito: o tratamento dos conflitos.....	464
4.2.6. O direito como legitimador da relação de poder.....	466
5. O direito como a gramática oficial da sociedade	466
6. O nosso caminho daqui para frente	467

PARTE IV O DIREITO COMO SISTEMA DE NORMAS

Capítulo 1 – As normas jurídicas	471
1. O conceito de “norma jurídica”	474
1.1. Toda norma jurídica possui sanção?	475
1.2. Validade sistêmica e normativa	477
2. A estrutura lógica da norma jurídica	479
2.1. A hipótese de incidência. O fato jurídico.....	479
2.2. O consequente normativo e os modais deônticos.....	480
2.3. Consequente normativo e sanção	481
2.4. Consequente normativo e relação jurídica	484
2.5. As possibilidades lógicas entre hipótese e consequência.....	485
2.6. O núcleo do raciocínio jurídico.....	487
3. Texto, norma e interpretação	487
4. As esferas de validade das normas jurídicas	490
5. Tipos de normas jurídicas	491
5.1. Normas gerais e individuais, abstratas e concretas.....	492
5.2. Normas de conduta e normas de estrutura (ou normas de competência)	496
5.3. Normas conclusivas e não-conclusivas (ou preliminares)	497
Capítulo 2 – As fontes do direito: a teoria dos atos jurídicos	501
1. As fontes do direito.....	501

1.1.	A teoria das fontes a serviço da racionalização do Estado liberal	502
1.2.	Fontes formais e fontes materiais	503
1.3.	Autoridade, procedimento e ato jurídico	504
2.	A teoria dos atos jurídicos	506
2.1.	Dificuldades na construção de uma teoria dos atos jurídicos na teoria do direito	506
2.2.	Conceito e características dos atos jurídicos	509
2.2.1.	O ato jurídico é um ato de fala (ato linguístico)	509
2.2.2.	O ato jurídico é fruto de uma decisão de introduzir normas no sistema jurídico	512
2.2.3.	Os atos jurídicos demandam normas de estrutura	514
2.3.	Atos unilaterais, bilaterais e plurilaterais	517
2.4.	Atos-regra, atos-condição e atos subjetivos: a teoria de Duguit ...	519
2.5.	Validade e eficácia dos atos e das normas jurídicas	524
2.6.	A hierarquia dos atos jurídicos	529
2.6.1.	A Constituição	530
2.6.2.	A legislação infraconstitucional	532
2.6.2.1.	A legislação que inova em caráter originário	532
2.6.2.2.	A legislação que inova em caráter secundário ...	533
2.6.3.	A jurisprudência	535
2.6.3.1.	Os juízes criam direito?	536
2.6.3.2.	Os precedentes vinculantes	537
2.6.4.	Outros atos jurídicos	539
2.6.5.	Costumes	540
2.6.6.	Doutrina	543
2.7.	Extinção dos atos jurídicos e das normas jurídicas	544
2.7.1.	A impossibilidade de produção de novos efeitos	544
2.7.2.	A retirada de normas e atos jurídicos	546
2.7.2.1.	Validade normativa formal e material	546

2.7.2.2. A relação de invalidade normativa originária e superveniente.....	549
2.7.2.3. O tratamento dado à relação de invalidade originária.....	551
2.7.2.4. Retirada sem declaração de invalidade originária.....	555
Capítulo 3 – Relação jurídica	563
1. Os planos da validade e da eficácia.....	563
2. A relação jurídica.....	565
2.1. O conceito de “relação”	566
2.2. A estrutura da relação jurídica.....	568
2.2.1. Os termos da relação jurídica.....	569
2.2.2. O conteúdo da relação jurídica.....	575
2.3. Relação jurídica simples e complexa	576
2.4. Os sentidos amplo e estrito de relação jurídica.....	577
Capítulo 4 – Posições e situações jurídicas. A teoria dos direitos subjetivos	581
1. A teoria das posições jurídicas (ou teoria dos direitos subjetivos).....	581
1.1. Uma Torre de Babel.....	582
1.2. Sobre a natureza dos direitos subjetivos. As teorias da vontade e do interesse	584
1.2.1. As teorias da vontade e do interesse na tradição do <i>civil law</i>	584
1.2.2. As teorias do interesse e da vontade no <i>common law</i>	586
1.2.2.1. A teoria do interesse (ou do benefício) de Jeremy Bentham.....	586
1.2.2.2. A teoria da vontade (ou da escolha) de H.L.A. Hart.....	588
1.3. Uma teoria clássica: Wesley Newcomb Hohfeld	590
1.3.1. A necessidade de se separar as concepções jurídicas das não-jurídicas.....	591
1.3.2. As oito posições jurídicas de Hohfeld.....	591

1.4.	Os fundamentos para uma teoria das posições jurídicas: crítica a Hohfeld.....	594
1.4.1.	Norma jurídica e posição jurídica.....	594
1.4.2.	O caráter ideológico da teoria dos direitos subjetivos	595
1.4.3.	Direito e dever	596
1.4.4.	Poder e sujeição.....	598
1.4.5.	Privilégio e não-direito.....	598
1.4.6.	Impotência e imunidade.....	599
1.5.	As quatro posições jurídicas fundamentais.....	599
1.5.1.	Direito-pretensão	600
1.5.2.	Dever.....	601
1.5.3.	Poder	602
1.5.4.	Sujeição	604
1.6.	As quatro posições jurídicas fundamentais e outras categorias.....	605
1.6.1.	Função.....	605
1.6.2.	Direitos subjetivos e liberdades.....	607
1.6.3.	A pretensão e a ação. A teoria de Pontes de Miranda	609
1.6.4.	Exceções	612
1.6.5.	Interesses legítimos: interesse ocasionalmente protegido e direito enfraquecido	613
1.6.6.	Ônus e encargos.....	614
1.6.7.	Expectativas de direitos e direitos expectados	615
2.	As situações jurídicas.....	616
2.1.	A posição de Duguit.....	616
2.2.	O conceito de situação jurídica.....	617
2.3.	Situações jurídicas estatutárias e individuais.....	619
2.3.1.	A teoria de Jèze	619
2.3.2.	Observações à teoria de Jèze.....	620

Capítulo 5 – Decisão fundada em regras e os princípios jurídicos	625
1. Novamente, as normas preliminares e conclusivas	627
2. Normas gerais e/ou abstratas como generalizações probabilísticas	629
3. Sobreinclusividade, subinclusividade e outras experiências recalci- trantes	631
4. Dois modelos de tomada de decisão	633
4.1. Dois modelos linguísticos	633
4.2. Tomada de decisão particularística e fundada em regras	635
4.3. O conceito de “regra”, para Schauer	636
4.4. Razões para se ter regras	638
4.4.1. O argumento da justiça	639
4.4.2. O argumento da certeza	639
4.4.3. O argumento da eficiência	641
4.4.4. O argumento da aversão ao risco	642
4.4.5. O argumento da estabilidade	644
4.4.6. Regras e alocação de poder	646
4.5. Decisão fundada em regras e o direito	647
5. Princípios jurídicos: algumas concepções e problemas	650
5.1. Princípio como “mandamento nuclear do sistema jurídico”	650
5.2. Princípios como mandamentos de otimização	651
5.3. Uma distinção estrutural ou argumentativa?	654
5.4. Uma crise inflacionária: a explosão dos princípios	657
6. Um modelo de regras e princípios	661
6.1. A forma de regulação da conduta	662
6.2. Sobre a natureza conclusiva e não-conclusiva	663
6.3. O caráter fundamental dos princípios	665
6.4. As regras podem ser normas sancionadoras	666
Capítulo 6 – O raciocínio jurídico	667
1. Dois tipos de tomada de decisão com base no direito	668
2. Dois modelos de raciocínio jurídico	671
3. O desafio realista	673

3.1.	A reação antiformalista: o nascimento do realismo jurídico norte-americano.....	674
3.2.	Os juízes são humanos? A questão da idiosincrasia do juiz.....	676
3.3.	As Teses do Determinismo e da Generalidade. A concepção de Karl Llewellyn	678
4.	A tópica jurídica de Viehweg.....	681
5.	Um panorama do raciocínio judicial	683
5.1.	Um exemplo.....	686
5.2.	A estrutura do raciocínio judicial	689
5.3.	O dever de motivar e de valer de razões institucionais.....	690
5.4.	Os tipos de raciocínio na justificativa externa	691

Capítulo 7 – O processo de aplicação do direito: da interpretação das fontes à decisão.....

1.	O processo de aplicação do direito.....	696
1.1.	Chaïm Perelman e o raciocínio dialético.....	696
1.2.	Os tipos de raciocínio na justificativa externa	697
1.3.	As etapas da aplicação do direito	698
1.3.1.	A definição da premissa jurídica.....	698
1.3.2.	A definição da premissa fática	700
1.3.3.	Decisão e análise das consequências práticas.....	701
2.	A hermenêutica jurídica	702
2.1.	A interpretação como atividade regulada	703
2.2.	Interpretação cognitiva e decisória.....	706
2.3.	Texto(s) e norma(s).....	708
2.4.	As normas implícitas.....	710
2.5.	Os métodos hermenêuticos	712
2.5.1.	A interpretação gramatical.....	713
2.5.2.	A interpretação histórica. A vontade do legislador	714
2.5.3.	A interpretação finalística (ou teleológica).....	714
2.5.4.	A interpretação sistemática (ou lógico-sistemática).....	717
2.5.5.	A interpretação evolutiva	720

2.6.	Brocardos jurídicos (ou cânones da interpretação)	721
2.7.	Problemas relativos aos métodos interpretativos	722
2.7.1.	Textualismo e originalismo	723
2.7.2.	Vagueza e finalidade: o debate Hart x Fuller	724
2.7.3.	As críticas ao intencionalismo	726
2.7.4.	Qual finalidade?	728
2.7.5.	Os cânones interpretativos	728
2.7.6.	A interpretação sistemática é a solução?	730
2.7.6.1.	Qual hierarquia?	731
2.7.6.2.	Sobre a coerência	734
2.8.	Afinal, Kelsen tem razão?	739
3.	As antinomias	741
3.1.	O quadro de oposição deôntica	741
3.2.	Quando estaremos diante de uma antinomia?	743
3.3.	Os tipos de antinomias	744
3.4.	Os critérios de solução de antinomias	747
3.5.	As antinomias de segundo grau	748
3.6.	A insuficiência de critérios. A colisão entre princípios e ponderação	750
3.6.1.	A técnica da ponderação	751
3.6.2.	A “lei do sopesamento” de Alexy	752
4.	As lacunas	755
4.1.	O que são lacunas?	757
4.2.	O costume jurídico	760
4.3.	A analogia	760
4.4.	Princípios gerais do direito	762
5.	A interpretação dos fatos	763
5.1.	Fatos e provas	763
5.2.	Três classificações de fatos e suas provas	764
5.2.1.	Fatos determinados de forma descritiva e avaliativa. Tipos de regras jurídicas sobre evidência	765

5.2.2. Fatos determinados de forma positiva e negativa	766
5.2.3. Fatos simples e relacionais.....	767
5.3. Novamente, o raciocínio motivado.....	768
6. A argumentação jurídica.....	769
6.1. Dois objetivos da argumentação	770
6.2. Argumentação jurídica como institucional.....	774
Referências	779
Glossário	797
Biografias	823
Figuras	825
Quadros	831
Tabelas	833
Imagens	835